Viso · Cadernos de estética aplicada

Revista eletrônica de estética

ISSN 1981-4062

Nº 4, jan-jun/2008

<http://www.revistaviso.com.br/>

Viso.

Breve história de um fenômeno cultural

Vladimir Vieira

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

Breve história de um fenômeno cultural

Este artigo apresenta os principais fatos relacionados à carreira de *Tropa de elite*, de José Padilha, o qual se tornou não apenas um dos maiores fenômenos culturais do ano de 2008, mas também um marco na história do cinema brasileiro. Dois pontos, em particular, são enfatizados: em primeiro lugar, a mobilização da questão a respeito dos direitos autorais, motivada pelas vendas de cópias ilegais que precederam seu lançamento; e em segundo lugar, a polêmica que se seguiu, impulsionada pelas acusações de que o filme se compromete com um discurso que alguns chegaram a denominar “fascista”.

Palavras-chave: cinema – fascismo – Padilha – *Tropa de elite*

ABSTRACT

Brief story of a major film industry hit

This paper aims at highlighting key points about José Padilha's *The Elite Squad*, one of the greatest hits of the Brazilian film industry in 2008. Firstly, I will show how the selling of illegal copies that preceded its official release forced the movie to be discussed against the background of the controversy about copyright and open source licensing. Secondly, I will also show that the intense discussions that followed its release drew upon accusations of ideological commitments that some chose to describe by the term 'fascist'.

Keywords: cinema – fascism – Padilha – *The Elite Squad*

VIEIRA, V. “Breve história de um fenômeno cultural”. In: *Viso: Cadernos de estética aplicada*, v. II, n. 4 (jan-jun/2008), pp. 29-38.

DOI: 10.22409/1981-4062/v4i/52

Aprovado: 06.05.2008. Publicado: 30.06.2008.

© 2008 Vladimir Vieira. Esse documento é distribuído nos termos da licença **Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional** (CC-BY-NC), que permite, exceto para fins comerciais, copiar e redistribuir o material em qualquer formato ou meio, bem como remixá-lo, transformá-lo ou criar a partir dele, desde que seja dado o devido crédito e indicada a licença sob a qual ele foi originalmente publicado.

Licença: http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR

Accepted: 06.05.2008. Publicado: 30.06.2008.

© 2008 Vladimir Vieira. This document is distributed under the terms of a **Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International** license (CC-BY-NC) which allows, except for commercial purposes, to copy and redistribute the material in any medium or format and to remix, transform, and build upon the material, provided the original work is properly cited and states its license.

License: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

Nenhum outro filme pode reivindicar o impacto social que *Tropa de elite* exerceu sobre o debate estético brasileiro no ano de 2007. Não se trata propriamente de sucesso de público, do qual já tivemos recentemente exemplos ainda mais notáveis, mas antes de sua capacidade para mobilizar problemas e despertar reações, da admiração incondicional ao ódio contumaz – a qual tem poucos precedentes na cinematografia nacional. A comercialização de cópias ilegais que precedeu o lançamento já ocupava intensamente os formadores de opinião do país mesmo antes que outras questões, estas de ordem ideológica, dominassem o debate a respeito do segundo trabalho para o cinema de José Padilha.

Tropa deu, na verdade, sinais precoces de sua vocação para a polêmica. Em novembro de 2006, foram roubadas armas cenográficas do set de filmagens no morro do Chapéu Mangueira (RJ), em um incidente que envolveu também o seqüestro de membros da equipe técnica. O crime foi atribuído a traficantes locais; insinuada pelos produtores, mas contestada pelas autoridades e pelo próprio diretor, a suspeita de que houvesse envolvimento de policiais do BOPE levou o filme, entretanto, para as páginas dos principais jornais cariocas (*Folha de São Paulo*, 29/12/2006).

Um segundo acontecimento de natureza policial marcaria indelevelmente o destino de *Tropa de elite*. Em meados de julho, constatou-se que cópias ilegais de uma de suas versões preliminares estavam sendo comercializadas em grandes centros urbanos tais como Rio de Janeiro e São Paulo. A sugestão inicial de que poderia se tratar de golpe publicitário promovido pela própria produção, mais uma vez negada com veemência por Padilha, cedeu lugar ao resultado de investigações que levariam a técnicos da empresa de legendagem Drei Marc, indiciados pelo crime no final de agosto (*O Globo*, 30/08/2007).

Entrementes, *Tropa de elite* galgara a posição de campeão de vendas no concorrido espaço de trocas dos DVDs informais. A comercialização de cópias ilegais concomitante ou mesmo anterior ao lançamento de *blockbusters* americanos tais como as séries *X-Men*, *Homem aranha* ou *Star Wars* é fenômeno conhecido; praticamente sem precedentes é a presença dominante de um produto brasileiro neste mercado, regulado primordialmente pela demanda popular. Estimativas publicadas na *Revista Veja* apresentavam cifras assustadoras: 11 milhões de pessoas teriam assistido ao filme por meio da pirataria, o que tornaria “impossível calcular as perdas [...] em bilheteria, em impostos e em concorrência desleal com os comerciantes que pagam suas taxas” (17/10/2007).

Com efeito, o temor de evasão nas receitas levou os produtores a antecipar por duas vezes a data de lançamento, originalmente prevista para novembro. Igualmente notável foi o recrudescimento das campanhas de combate à pirataria: patrocinadas por instituições tais como a União Brasileira de Vídeo e a Associação Anti-Pirataria Cinema e Música, com a chancela do Conselho Nacional de Combate à Pirataria, peças publicitárias em que este crime é comparado a tráfico de drogas, roubo e seqüestro, com

ênfase na co-responsabilidade do consumidor final, tornaram-se freqüentes nas salas de cinema e DVD oficiais. Esta posição está perfeitamente representada no mesmo artigo da *Revista Veja*, onde o articulista anônimo sugere que, “como no caso das drogas, é o usuário recreativo [...] que sustenta essa organização criminosa, com seus 5 reais aqui, 5 reais ali”.

Muitos discutem, entretanto, a aritmética empregada no cálculo das supostas perdas de *Tropa de elite*. Para estes, o fenômeno das vendas piratas mostraria que a produção cinematográfica nacional tem por alvo primordial o público de classe média, o que deixaria à margem do mercado do entretenimento audiovisual a maior parte da população brasileira. Para alguns, o fundamento inconfesso desta diretriz é a falsa tese de que as classes populares só consomem produtos desenvolvidos para o mercado de massas. Em suma, sugere esta linha de argumentação, uma larga parcela dos 11 milhões de espectadores que assistiram em cópia pirata ao filme de Padilha não iria de todo modo ao cinema porque não pode pagar, e não teria assim provocado uma significativa evasão de receitas.

É impossível estimar qual teria sido a carreira comercial de *Tropa de elite* sem os eventos que antecederam a seu lançamento, especialmente porque a divulgação involuntária proporcionada pelo debate público pode ter exercido influência decisiva sobre o contingente que efetivamente assistiu ao filme nos cinemas. Os dados de 2007 mostram, todavia, que seu desempenho foi longe de insatisfatório. Padilha fechou o ano com a maior bilheteria entre as produções nacionais, e a sétima em geral; os números – em torno de 2,5 milhões de espectadores – são compatíveis com os dos últimos dez anos, à exceção de 2005, quando *Dois filhos de Francisco* superou a marca dos 5 milhões (Ancine; Filme B).

Antes de a realidade ser chamada a contestar as previsões funestas da indústria audiovisual, os choques entre os arautos da democratização cultural e os advogados da propriedade intelectual dominavam os jornais. Chamado novamente a contribuir com o debate, Padilha pôs em evidência o combustível que insidiosamente municia estes embates. Reconhecendo a existência latente de um mercado popular para o cinema nacional, que deveria ser explorado através de uma política de preços mais acessíveis, o diretor reforçou o aspecto criminoso da pirataria: “Não vou dar nome aos bois, mas há pessoas sugerindo por aí que a pirataria é uma forma democrática de disseminação da cultura. Isso é loucura. Não se pode ter posição dúbia quanto a isso: a única cultura que a pirataria dissemina é a da contravenção” (*Revista Veja*, 17/10/2007).

O bovino que Padilha se furta a nomear é bem conhecido. Trata-se do Ministro da Cultura, Gilberto Gil, que em entrevista no final de agosto relacionou o comércio de cópias ilegais de *Tropa de elite* à questão das leis de direito autoral. “A realidade relativiza o tempo todo a questão da propriedade intelectual”, afirmou o Ministro; seria necessário reconsiderar “as relações entre a indústria e o público”, em vista de “novas e amplas reflexões a respeito do problema”, ou seja, rediscutir “a pirataria, a flexibilidade

da propriedade intelectual e o interesse público" (*Folha de São Paulo*, 31/08/2007).

A insistência de Gil sobre a necessidade de revisar as leis de direito autoral, e deste modo o conceito de propriedade intelectual, caminha em direção diametralmente oposta às tentativas de representar o consumidor do mercado pirata como um contraventor que se equipara a um seqüestrador ou traficante. Seu apoio a licenças de uso livre tais como Creative Commons ou GNU vem enfrentando oposição constante da indústria do entretenimento e de certos setores da classe artística. Em resposta aos comentários do Ministro, Fernando Brant, presidente da União Brasileira dos Compositores, publicou artigo em *O Globo* comparando iniciativas desta natureza à "anarquia" e à "barbárie", e insistindo que "quem está a favor dos direitos [autorais] não é conservador: é civilizado". Brant condena a "farsa" inventada "pelo professor americano Laurence Lessig, encampada por advogados ligados à Fundação Getulio Vargas e pelo MinC"; trata Gil como apóstolo de uma "religião suicida", agente de uma "campanha mundial, economicamente forte e organizada" contra os autores que seria capitaneada pelos "grupos que dominam a Internet", entre eles o Google e a Microsoft. E encerra o texto com a frase lapidar de Cacilda Becker, que o uso excessivo já aproxima do lugar comum: "Não me peçam de graça a única coisa que tenho para vender" (07/09/2007).

Brant dá a entender que as idéias de Gil são absurdas e inusitadas, e não se furta a insinuar que o próprio compositor licenciou apenas uma de suas canções sob a Creative Commons, "feita para um disco gravado na Noruega". Seja qual for a matéria do espeto que o Ministro tem em casa, o artigo apresenta, deliberadamente ou por desconhecimento de causa, uma visão limitada do significado destas iniciativas e de seu impacto social. As licenças de uso livre são o fundamento de projetos colaborativos de grande magnitude, tais como a Wikipédia e o SourceForge, que procuram fomentar o acesso ao conhecimento desenvolvendo alternativas gratuitas a produtos comercializados com base na noção de propriedade intelectual. Gil também não está sozinho em sua cruzada pelo encampamento estatal: de um modo geral, o Governo brasileiro vêm tomando diversas medidas nos últimos anos que visam à difusão de *softwares* GNU, tais como o OpenOffice e o Linux, nas instituições públicas. Tampouco no próprio domínio da música sua atitude é sem precedentes: artistas de alcance internacional bem maior – Radiohead e Nine Inch Nails, para mencionar os dois casos mais ostensivos – decidiram igualmente publicar parte de seus trabalhos sob licenças abertas.

O aspecto crucial da questão é que as licenças de uso livre não têm por objetivo democratizar o acesso desenvolvendo políticas comerciais específicas para determinados segmentos da população, a exemplo do que sugeriu Padilha. O que está em jogo é o próprio conceito de propriedade intelectual que faz da atividade criativa uma *commodity* e que, como sugere Gil, vêm sendo constantemente posto em questão por uma realidade tecnológica que torna cada vez mais difícil a sua aplicação concreta. Grandes empresas desenvolvedoras de *software* tais como a Microsoft compartilham, ao

contrário do que pensa Brant, a animosidade que a indústria de entretenimento cultiva em relação ao Creative Commons. Elas não estão dando de graça a única coisa que têm para vender, mas a existência de alternativas gratuitas está lentamente tornando os seus produtos, sob a forma como se apresentam hoje, obsoletos no mercado.

Malgrado a ostensiva parcialidade da posição que defende, o artigo de Brant deixa clara, pela virulência de seu ataque, a natureza extremamente controversa do problema. Graças ao fenômeno de distribuição proporcionado pelo mercado informal de DVDs, *Tropa de elite* viu-se deste modo lançado para o epicentro de uma das questões mais polêmicas do debate estético contemporâneo, questão que nos últimos anos se tornou particularmente sensível no Brasil graças à posição progressista adotada pelo Ministério da Cultura. Este é um dos pontos nevrálgicos em torno dos quais se articula o intenso debate proporcionado pelo filme de Padilha.

Como era esperado, o interesse no tema perderia progressivamente o vigor à medida que se aproximava a data de lançamento comercial. *Tropa de elite*, entretanto, permaneceu dominando o espaço do debate público graças a nova polêmica cujo marco foi sua primeira exibição para uma platéia de convidados, em setembro. A sessão de abertura do Festival do Rio teve por resposta uma enxurrada de artigos na maioria dos jornais cariocas: colunistas mostraram-se chocados com a ideologia que creditavam ao filme de Padilha, corroborada, segundo seu ponto de vista, pela reação da platéia. Esta posição está bem representada pela afirmação de Arnaldo Bloch: “quase vomitei o pastel de cordeiro [...] que comi antes” (*O Globo*, 25/9/2007).

Para parte da imprensa, *Tropa de elite* apresenta uma visão parcial e reacionária a respeito do problema do consumo e tráfico de drogas, que sequer menciona o debate sobre a descriminalização e parece colocar toda a responsabilidade pela violência envolvida nesta atividade sobre os ombros do usuário final. O segmento do filme que se localiza na PUC, universidade freqüentada por jovens de alta classe média do Rio de Janeiro, mostra alunos e ONGs envolvidos com traficantes; em uma das cenas, o aspirante Matias questiona os participantes de uma aula sobre Michel Foucault. A apresentação caricatural do pensamento de um filósofo tradicionalmente relacionado aos movimentos de esquerda não escapou aos jornalistas. Como sugere Arnaldo Bloch, na sala de aula de Padilha “só há viciados alienados, com exceção do policial Matias, que conhece a realidade” (*O Globo*, 25/9/2007). Em outra seqüência, aplaudida por um contingente dos espectadores presentes à sessão de abertura no Festival do Rio, um estudante que participa de uma passeata pela paz é espancado por ter delatado um policial.

De modo mais profundo, a argumentação dos críticos diz respeito ao modo como a personagem do capitão Nascimento é apresentada. A narrativa em primeira pessoa reforça a tese de que o filme procura deliberadamente ganhar a cumplicidade da platéia para seu protagonista, sem estabelecer qualquer distância crítica em relação ao discurso que ele incorpora. A idolatria do BOPE significaria, assim, a justificação da violência

policial e da tortura como medidas inevitáveis no combate à criminalidade. Foi especialmente neste contexto que o adjetivo “fascista” passou a ser empregado para descrever *Tropa de elite*.

Ecoando diversos entusiastas de seu trabalho, Padilha defendeu-se das acusações demarcando uma linha divisória entre sua posição e aquela de seu herói. “Fiz o *Tropa de elite* para entender o ponto de vista de um policial”, repetiu incansavelmente, mas “meu ponto de vista não é igual ao ponto de vista do capitão Nascimento” (UOL, 03/10/2007). Esta estratégia argumentativa foi contestada por muitos face à maciça identificação do público com a personagem de Wagner Moura, evidente quando se considera a rapidez com que os gestos e falas empregados pelos soldados do BOPE foram incorporados ao cotidiano da cultura popular. Isto sugeriria o emprego deliberado dos recursos narrativos de que dispõe a arte cinematográfica com o intuito de conquistar o espectador para um discurso ideológico que, em última análise, parece recomendar medidas atroztes como solução última contra a criminalidade.

Neste sentido, é também significativo que setores mais conservadores da imprensa tenham saído em defesa de Padilha interpretando *Tropa de elite* precisamente do modo que o diretor pretende desautorizar. Reinaldo Azevedo, por exemplo, vê no sucesso de público uma resposta da população à “a elite da tropa esquerdopata” que discursa contra a polícia, “abominada pelos bacanas como força de repressão a serviço do estado e suas injustiças”. Azevedo enaltece o Capitão Nascimento, “kantiano rude” que “não padece de psicose dialética, uma brotoeja teórica que nasce na esquerda e que faz o bem brotar do mal, e o mal, do bem. [...] Segue a máxima de Lúcio Flávio, um marginal lendário no Brasil, de tempos quase românticos: ‘Bandido é bandido, polícia é polícia’”.

Azevedo também vê, no filme de Padilha, uma clara mensagem de combate ao consumo de drogas, que, em estratégia semelhante àquela adotada pelas campanhas publicitárias contra a pirataria, reforça a co-responsabilidade do usuário final pela violência que cerca o exercício desta atividade no país. Para ele, *Tropa de elite* “desmoraliza o discurso progressista sobre as drogas e revela não a convivência entre as diferenças, mas a convivência com o crime de uma franja da sociedade que pretende, a um só tempo, ser beneficiária de todas as vantagens do estado de direito e de todas as transgressões da delinquência” (Revista Veja, 17/10/2007).

O vívido contraste entre estas posições radiografa a intensidade com que vem sendo debatida no Brasil a equação que procura articular as relações entre marginalização, violência, drogas e criminalidade. Nossa história recente está repleta de situações que mobilizaram o engajamento da sociedade civil nesta direção, dos motins nas penitenciárias de São Paulo ao brutal assassinato do jornalista Tim Lopes, do incineramento do índio Galdino Jesus dos Santos ao espancamento da empregada doméstica Sirley Dias de Carvalho Pinto por adolescentes de classe média. *Mutatis mutandis*, o tema tem sido visitado com notável frequência pela cinematografia nacional: *Carandiru*, *Cidade de Deus*, *Quase dois irmãos*, *O invasor* são apenas alguns exemplos

de trabalhos que abordam com maior ou menor ênfase esta questão.

O assunto não é também novo na obra de José Padilha. Embora incomparavelmente inferior, o impacto social de seu primeiro trabalho, *Ônibus 174*, não pode de modo algum ser considerado desprezível. Naquela ocasião, o documentário sobre o seqüestro de um ônibus na zona sul do Rio de Janeiro, episódio que paralisou a cidade por quatro horas em 2000, fora identificado ao discurso da esquerda, pelo esforço em humanizar o criminoso e mostrar as condições sociais que permitiram a eclosão da violência que se manifestou no incidente. Parte do ímpeto com que os debates em torno de *Tropa de elite* foram conduzidos decorre, seguramente, do paradoxo sugerido pela acusação de fascismo à luz da posição previamente creditada ao diretor. Sua carreira, de certo modo, incorpora as tensões que cercam o debate sobre o tráfico e o consumo de drogas no Brasil: as posições extremas atribuídas a cada um de seus filmes constituem as fronteiras que delimitam o espaço por onde se movem autoridades, população de baixa renda, a classe média aterrorizada e a elite intelectual do país em busca de compreensão a respeito do problema.

A polêmica em torno do fascismo atribuído a *Tropa de elite* ganhou novos contornos com o Urso de Ouro conquistado no Festival de Berlim, em fevereiro de 2008. A vitória no solo de uma das nações que mais se tornaram sensíveis a este problema após a Segunda Guerra Mundial foi interpretada por muitos como o argumento definitivo que selava a discussão em favor de Padilha. Mais ainda, contava com a chancela do presidente do júri, Costa-Gavras, cineasta cuja carreira dá testemunho de uma recorrente preocupação política cuja orientação é incontestavelmente esquerdista. Em retorno ao Brasil, o diretor pela primeira vez sentiu-se à vontade para criticar com mais aspereza seus detratores, afirmando que “quem diz que *Tropa de elite* é fascista é ignorante, [...] para dizer que o filme é fascista, tem de ignorar o que é fascismo. É uma besteira extraordinária” (*G1*, 18/02/2006).

Parte da repercussão internacional pelo prêmio foi, na verdade, negativa, como atestam as resenhas de Jay Weissberg (*Variety*, 11/02/2008) e Conor Foley (*The Guardian*, 18/02/2008); apesar disso, Padilha parece ter ganho a queda-de-braço com os setores da imprensa brasileira que vinham cultivando uma posição crítica em relação a seu filme desde outubro de 2007. Sepultada a polêmica pelo Festival de Berlim, encerrou-se também com ela, em linha gerais, o debate público a respeito de *Tropa de elite*. As questões mobilizadas antes e durante sua carreira comercial estão, no entanto, longe de ter encontrado soluções definitivas. Ao contrário, acreditamos que uma apreciação panorâmica dos problemas, que leve em conta seus diversos desdobramentos ao longo deste período, só é possível agora que o tema deixou as pautas dos principais jornais e revistas brasileiros.

A seção polêmica da Revista Viso é dedicada, deste modo, a *Tropa de elite*. Com o intuito de estabelecer um debate que não se encerrasse na simples exposição de duas posições antagônicas, algumas regras foram estabelecidas especialmente para esta

edição. Convidamos dois autores que sustentam posições divergentes a respeito do filme a defenderem seus pontos de vista com base em uma mesma seleção do extenso material que foi publicado ao longo de 2007 e no início de 2008 (lista completa abaixo). Uma vez concluídos, os artigos foram trocados, e cada um teve a oportunidade de redigir uma resposta aos argumentos levantados por seu colega.

Esperamos que o resultado deste confronto de idéias permita iluminar problemas e trazer novas considerações a respeito dos dois grandes eixos em torno dos quais se articulou o debate a respeito do filme de José Padilha. As virtudes artísticas de *Tropa de elite* certamente permanecerão objeto de questionamento; sua inegável capacidade para colocar em evidência questões de extrema relevância estética deixará, contudo, uma marca indelével na história do cinema brasileiro.

Fontes

Os autores que discutem *Tropa de elite* nesta seção da Revista Viso elaboraram seus artigos a partir de uma seleção do extenso material publicado a respeito do filme de José Padilha. A lista abaixo foi elaborada, primordialmente, com base no *Dossiê Tropa de Elite*, publicado em *Comunicação & Política*, v. 25, n. 3, pp. 271-288.

- BLOCH, A. "Tropa de elite é fascista?"
O Globo, 17/09/2007
- MOURA, W. "Tropa de elite não é fascista".
O Globo, 24/09/2007
- CUENCA, J. P. "Tropa de elite: osso duro de roer".
O Globo, 25/09/2007
- XÉXEO, A. "O chocante é a platéia".
O Globo, 26/09/2007
- SOARES, L. E. "Aplausos à violência?".
O Estado de São Paulo, 07/10/2007
- FREIRE COSTA, J. "O ano em que daremos férias a Tropa de elite"
O Estado de São Paulo, 07/10/2007
- AZEVEDO, R. "Capitão Nascimento bate no bonde do Foucault"
Revista Veja, 17/10/2007
- FOLEY, C. "Fascism on Film"
The Guardian, 18/02/2008

* Vladimir Vieira é doutorando em filosofia pela UFRJ/PPGF.

Sou bastante grato a Gisele Netto pela atenção concedida à primeira leitura deste texto e pelas sugestões efetuadas naquela ocasião.